



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 474/2025 GP CM

São Pedro da Aldeia, 27 de outubro de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ

Ref.: Encaminha Mensagem

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, venho por meio deste encaminhar a Vossa Excelência a **Mensagem nº 032, de 27 de outubro de 2025**, que “**Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações Governamentais - PPAG para o período de 2026-2029**”, para apreciação e aprovação pelos nobres Edis dessa Egrégia Casa de Leis.

Por se tratar de matéria de expressivo interesse público, peço e espero que o Projeto de Lei anexo seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveito a oportunidade para manifestar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CORRESPONDENCIA
RECEBIDA

EM, 28/10/2025, às 15:38

FÁBIO DO PASTEL
Carlos Fábio da Silva
=Prefeito=

FÁBIO DO PASTEL
CARLOS FÁBIO DA SILVA
Prefeito

Adriana Santos da S. Silveira
Matrícula 1736 / COM
Câmara Municipal de S. P. da Aldeia



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 032, DE 27 DE OUTUBRO DE 2025.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES**

Cumprimentando-os, sirvo-me desta **MENSAGEM** para submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso **PROJETO DE LEI** que “**Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações Governamentais - PPAG para o período de 2026-2029**”; em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e nos arts. 133 a 144 da Lei Orgânica Municipal c/c dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 68/2009, conforme o constante nos autos do Processo Administrativo nº 3543/2025.

Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/00, dando nova roupagem às administrações públicas, o planejamento tornou-se obrigatório dos governos, através do qual esses governos estabelecem metas e prioridades fundamentadas em diagnósticos das potencialidades, necessidades e dificuldades existentes, com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva e promover o desenvolvimento socioeconômico.

O ciclo do planejamento se observa de forma integrada, por meio de instrumentos que cumprem, cada um, sua função específica, porém harmônicas entre si.

Esses instrumentos, constituídos pelo Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, também previstos na Constituição Federal, devem refletir informações sobre políticas e programas, com metas físicas e monetárias para mensuração das ações e custos de forma a possibilitar o controle gerencial.


Assim sendo, em cumprimento a esses mandamentos, encaminho à apreciação desse corpo legislativo, o presente Projeto de Lei que estabelece o Plano Plurianual 2026-2029.

Com estas considerações, esperamos a boa acolhida para a presente propositura, solicitando que a mesma tramite nos termos da Lei Orgânica Municipal. Ainda, no mesmo tocante, contamos com a atenção desse nobre Legislativo para aperfeiçoar e melhorar as atividades e funções públicas, mediante a atuação sempre elogiável dos nossos Vereadores.

Diante do exposto, submeto o presente **PROJETO DE LEI** à consideração de Vossa Excelência e demais Edis dessa Respeitável Casa, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.


Receba Vossa Excelência e ilustres Pares dessa Egrégia Casa Legislativa, a certeza da minha estima e elevada consideração.

Atenciosamente,


FÁBIO DO PASTEL
Carlos Fábio da Silva
= Prefeito =

FABIO DO PASTEL
CARLOS FÁBIO DA SILVA
CORRESPONDENCIA
RECEBIDA

EM 28 / 10 / 2025


Adriana Santos da S. Silveira
Matrícula 1736 / COM
Câmara Municipal de S. P. da Aldeia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA – RJ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0271 /2025.

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações Governamentais - PPAG para o período de 2026-2029.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo para o período respectivo, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas da administração municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos anexos apresentados, que fazem parte integrante desta Lei.

§ 1º Os Anexos que compõem o Plano Plurianual são estruturados em Programas, justificativas, Objetivos, Ações Governamentais, Produtos, Unidades de Medida, Metas e Valores.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

- I** - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II** - Justificativa, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III** - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- IV** - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução dos programas;
- V** - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VI** - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

§ 3º Os desdobramentos do Plano Plurianual de São Pedro da Aldeia em Programas dar-se-á pela Estratégia de Governo “Qualidade de Vida para Todos”, fundamentada nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030, nos eixos a saber:

- I** - Desenvolvimento social;
- II** - Infraestrutura, economia, serviços e sustentabilidade; e
- III** - Gestão, finanças, orçamento, planejamento e controle.

Art. 2º Os valores constantes dos Anexos estão orçados a preços de abril de 2025 e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, por ato do Chefe do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Os programas a que se refere o artigo 1º, definidos a partir das diretrizes gerais fixadas pela Portaria nº 42, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, constitui o elo básico de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual, correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

Art. 4º O Poder Executivo realizará atualização dos programas, indicadores, ações e metas constantes desta Lei ou de suas alterações, quando da elaboração de suas propostas de diretrizes orçamentárias, orientando o estabelecimento de prioridades e metas para o exercício subsequente.

Parágrafo único - As alterações de que trata este artigo poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que:

- I** - decorram de fusão ou desmembramento de atividades do mesmo programa;
- II** - refiram-se a investimentos limitados a um exercício financeiro; ou
- III** - na hipótese de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, apresente anexo específico contendo as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes deste Plano.

Art. 5º A exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto no artigo 4º.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Poder Legislativo até 31 de outubro de cada exercício financeiro.

§ 2º Na hipótese de exclusão e/ou inclusão de novo programa, o projeto conterá exposição das razões que motivaram a proposta.

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios basilares previstos no art. 37 da CRFB/88, bem como os princípios da transparência, eficácia, efetividade, economicidade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão anual da programação governamental.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, em conformidade com o art. 1º da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 9º Os códigos e os títulos dos programas e das ações deste Plano Plurianual serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais e nas leis que os modifiquem.

Art. 10 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.




PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 11 São partes desta Lei, os Anexos e Demonstrativos a seguir:

- I** - Receita Orçamentária Estimada 2026-2029;
- II** - Ações e Metas Administrativas por Programa de Governo 2026-2029;
- III** - Ações por Unidades Executoras 2026-2029;
- IV** - Programas por Macro Ações vinculados aos ODS.

Art. 12 Esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia,
27 de outubro de 2025.


FÁBIO DO PASTEL
Carlos Fábio da Silva
= Prefeito =